

SESSÕES DO PLENÁRIO

71ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 06/07/2015.

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos

assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 02 e 03/06/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Gostaria de submeter ao Plenário as atas das 62ª, 65ª, 66ª, 67ª, 68ª e 69ª Sessões Ordinárias, realizadas respectivamente em 15, 29 e 30/06 e 1º, 06 e 07/07/2015; da 26ª Sessão Especial, realizada em 18/06/2015; e da 8ª Sessão Extraordinária, realizada em 07/07/2015.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas (Pausa.) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para iniciar o Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados, membros da Imprensa e das Galerias.

Sr. Presidente, venho à tribuna no dia de hoje, com certeza, fazer o principal pronunciamento deste meu mandato trazendo a público um fenômeno: o governo baiano imitou o governo federal. Vou tratar das pedaladas fiscais executadas pelo governo do Estado nas obras inacabadas e paradas em toda a Bahia. Para tanto, vale a pena conceituar o que foi conhecido e criado pelo PT como pedalada fiscal, o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro a bancos e autarquias.

O objetivo do Tesouro e do Ministério da Fazenda era melhorar artificialmente as contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava para todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e assim ludibriava o mercado financeiro e especialistas em contas públicas. As pedaladas foram reveladas pelo jornal O Estado de S. Paulo, um serviço da Agência Estado também, no 1º semestre de 2014. Agora, em 2015, a nova equipe econômica do próprio governo federal admite que as pedaladas existiam e começaram a ser corrigidas. No entanto a discussão já deixou o campo econômico e foi para os campos político e judicial, nos quais as pedaladas fiscais são vistas como crime de responsabilidade da atual Presidente da República.

Amigos e amigas, Sr^{as} e Srs. Deputados, está lá na matéria do jornal *A Tarde*, de 10 de abril: “193 obras paradas em todo o Estado.” Dessas 193, 175 ligadas à Secretaria da Educação. São construções de novas escolas e reformas de outras existentes.

Cento e setenta e cinco obras daquela Pasta, 193 em toda a Bahia. E 67 empresas ganhadoras de licitações foram contratadas, mas não receberam o pagamento de mais de 200 milhões de reais.

Temos de lembrar que são 129 municípios envolvidos em toda a Bahia. Falo aqui para uma plateia de deputados e para os quatro cantos do nosso Estado, e em quase todas as cidades baianas, ou na metade delas, tem uma obra parada do

governo estadual.

Tem um fato específico, determinado, que gerou mais de seis mil empregos perdidos em toda a Bahia, num ato de irresponsabilidade do governo baiano com seus objetivos de fazer novas escolas e outras obras de que nosso povo precisa.

São mais de 200 milhões de reais que não foram pagos, mais de seis mil desempregados, 193 obras paradas, 175 só na parte da Educação! Vale lembrar que as 175 obras dessa área receberam recursos diretos do Fundeb. Esse valor saiu de Brasília, veio para o governo estadual, e não foi gasto.

Está aqui comigo um requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito para que nós da Assembleia fiscalizemos, usemos nosso poder. Tenho em minhas mãos, Sr. Presidente, 22 assinaturas neste requerimento específico. Com certeza, faremos o nosso papel de parlamentares e usaremos o nosso poder de fiscalização. Logo ao fim do meu discurso, darei entrada a este pedido. Tenho certeza de que o presidente da Casa fará a análise devida, correta, jurídica e botará para frente esta CPI.

Muito obrigado ao Sr. Presidente e a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Lourival Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, imprensa presente a esta Casa, todos nós sabemos que o Brasil passa por momentos difíceis, por uma grave crise política e econômica. Ainda bem que as instituições estão funcionando.

Está gravado nos arquivos desta Casa que há três anos, mais ou menos, usei desta tribuna para dizer que todas as obras deste País em todos os governos são superfaturadas. Essa Operação Lava-Jato começou pela Petrobras, está entrando agora pelas usinas de energia nuclear em Angra - já tem almirante preso - e depois vai atingir as hidrelétricas. Serão presas pessoas de todos os setores.

Teremos 10 anos de Lava-Jato, a não ser que o Supremo mande frear. Todas as obras que forem investigadas, se houver delação, haverá pessoas presas. Acredito que não haverá nem mais novela, só pessoas presas todos os dias. O pior disso tudo, Srs. Deputados, é a desordem que estamos vendo em todas as áreas. E ninguém está isento.

Para nós, que podemos nos considerar privilegiados, não está adiantando nada, porque ninguém está livre de ser morto em qualquer rua de Salvador ou do Brasil, seja na porta do restaurante, da farmácia ou do seu prédio. Enfim, em qualquer lugar, todos os dias! E ninguém se comove! Assiste-se a essa barbárie que estamos vendo com a insegurança pública nessa falta de vergonha do Brasil! E só vai piorar!

Nós, como pais e por termos uma idade maior, podemos tomar alguns

cuidados. Nós, que temos filhos, e vocês que me ouvem e que têm filhos ou netos, ninguém dorme mais quando o filho vai para a escola ou para a universidade, sai com amigos ou com a namorada. Neste final de semana, um jovem de 25 anos foi deixar em casa, segundo a imprensa, uma servidora do Bahia Notícias, e na porta de casa foi barbaramente assassinado. Essa é a situação do Brasil.

Eu, que gosto de viajar, deputado Adolfo Viana, no ano passado fui para o Afeganistão. Muita gente ficou assombrada quando soube. Minha esposa, por exemplo, me perguntou o que eu iria fazer no Afeganistão. É mil vezes mais seguro do que o Brasil. Pode até haver um atentado no hotel em que ficaremos hospedados, mas lá dificilmente alguém é assaltado. Fui ao Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão, em todos esses andei tranquilamente, coisa que não podemos mais fazer aqui no Brasil.

É uma vergonha o que vemos no Congresso Nacional. Homens públicos de todos os partidos, com raras exceções, só estão pensando em eleição. Não estão preocupados com o povo do Brasil, com raras exceções.

O Sr. Aécio Neves tem filho, deve estar passando pelo mesmo sufoco que todos nós, medo de perder um filho ou neto por causa de um simples celular, por um carro. O Sr. Eduardo Cunha está fazendo da Câmara uma trincheira para constranger a presidente, para constranger as instituições para tentar se salvar da malandragem que com certeza está envolvido, levando consigo, para usar politicamente, vários deputados que fizeram a CPI e que não se respeitam. É por isso a desmoralização dos homens públicos deste País, Sr. Presidente Leur Lomanto Júnior.

Em Brasília, este País não terá jeito, deputado Adolfo Viana, se não houver um pacto. E não haverá, porque lá a maioria não está interessada no povo. Eles estão interessados em benefícios próprios, em interesses próprios. Não mudará nada e este País continuará nessa barbárie. O resto é conversa fiada, o resto é blá blá blá na Câmara, nas Assembleias...

Infelizmente, essa é a triste realidade do Brasil. Salve-se quem puder.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Imprensa presente, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Luciano Simões Filho e, por último, do deputado Adolfo Menezes.

O deputado Adolfo Menezes chama a atenção do Congresso Nacional e da Câmara Federal para que ouçam as vozes das ruas. O deputado Luciano Simões Filho traz para esta Assembleia Legislativa um requerimento de pedido de CPI com 22 assinaturas. O deputado Luciano Simões Filho denuncia, desta tribuna, que o governo

do Estado da Bahia recebeu 200 milhões do governo federal para serem investidos na área da educação, mas as empresas ficaram sem receber esse valor.

Com 22 assinaturas, o deputado Luciano Simões Filho acaba de dar entrada num pedido de CPI da educação. O deputado Adolfo Menezes cobra dos parlamentares responsabilidade com o parlamento e com o Estado da Bahia no sentido de apoiarmos os pedidos de CPI.

Lembro, deputado Leur Lomanto Júnior, a esta Assembleia Legislativa que nós solicitamos do Detran os seus contratos, mas o superintendente Maurício Bacelar ainda não encaminhou para esta Assembleia Legislativa. Quero pedir, deputado Leur Lomanto, que através da Mesa Diretora façamos a solicitação dos contratos do Detran.

Não é possível que o superintendente Maurício Bacelar não apresente para este Poder Legislativo os contratos que queremos ver. A lei da transparência, deputado Rosemberg Pinto, está aí, e o superintendente Maurício Bacelar não pode se furtar de oferecer os contratos para que esta Casa Legislativa possa apreciá-los. Ninguém aqui está apontando o contrato A, B, C ou D, mas este Parlamento tem o dever de fiscalizar. Está na Constituição! Essa é uma das nossas obrigações.

O deputado Luciano Simões Filho deve estar dando entrada, neste momento, na CPI da Educação. A solicitação para o Detran encaminhar os contratos para esta Casa já foi feita, mas ainda não obtivemos êxito.

Quero saber, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, se vamos permitir que este Parlamento seja desmoralizado, porque ou nós vamos cumprir com nossas prerrogativas, ou nós vamos aceitar sermos desmoralizados. Não se pode investigar os recursos que vem do governo federal para o governo do Estado; não se pode ter acesso aos contratos que estão no Detran. Aí eu pergunto a V.Ex^{as}: o que estamos fazendo neste Parlamento? Acho que essa não deve ser uma prioridade apenas para a Oposição, deve ser uma prioridade para todos os parlamentares. Aliás, é o dever deste Parlamento.

Existem várias denúncias feitas com relação ao Detran. O deputado Luciano Simões Filho agora traz denúncias feitas com relação aos repasses federais na área da educação, e eu pergunto aos deputados da Base do Governo...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Responder-te-ei!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu espero, deputado Rosemberg Pinto, que V.Ex^a faça a sua resposta desta tribuna, mas não perca de vista que o maior compromisso de um parlamentar deve ser com o Estado da Bahia; não perca de vista que o maior compromisso de um deputado estadual deve ser com os seus eleitores. Os nossos eleitores e os baianos querem que este Parlamento cumpra com o seu papel. Se estiver tudo regular na área da educação, parabéns para o secretário de Educação. Se estiver tudo regular nos contratos do Detran, parabenizamos também o superintendente Maurício Bacelar. Mas, se algo estiver errado, nós temos o dever de

apontar e cobrar que as coisas andem como deveriam andar.

Então, acredito que temos de estar unidos para fortalecer o Poder Legislativo e para podermos cumprir com o que espera a população do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Srs. Parlamentares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Marcell Moraes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, Galerias Paulo Jackson, muito boa-tarde. O que me traz a esta tribuna, nesta tarde de hoje, Sr. Presidente, são alguns assuntos. Primeiramente, gostaria, deputado David Rios, de voltar a falar da Prainha, unidade de conservação que fica na Baía de Todos os Santos. Sabemos que a maior baía do País e a segunda maior baía do planeta, a Baía de Todos os Santos, pode ser destruída a poucos momentos. Isso porque a Braskem, empresa citada e condenada na Lava Jato, quer ampliar o seu porto, o Porto de Aratu.

Quero dizer, Sr. Presidente, que recebi denúncias, e vou levar para a nossa Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos que a Sr^a Márcia Telles, diretora do Inema, está recebendo pressão do governo do Estado para liberar a ampliação do Porto de Aratu.

Eu venho pedir aos nobres deputados, encarecidamente, que olhem para a nossa Prainha, que salvem a Baía de Todos os Santos. Somos chamados de baianos devido a Baía de Todos os Santos, a maior baía do País e segunda maior do planeta. É o nosso patrimônio, e ele não pode ser destruído a troco de aumentar um porto que só vai contaminar ainda mais a Baía de Todos os Santos, que já foi degradada por anos, anos e anos.

Então, faço, encarecidamente, um apelo aos nobres deputados. Vamos voltar a falar sobre esse assunto! Não vamos deixá-lo morrer! Não vamos deixar uma empresa citada na Lava-Jato destruir essa unidade de conservação!

A Sr^a Márcia Telles foi convocada pela Comissão de Meio Ambiente para se explicar. Que venha o quanto antes! Vamos apertar, sim! Se possível, que ela diga quem está pressionando-a.

Gostaria de saudar o meu amigo Lucas e o seu sogro, de Várzea da Roça. Sejam bem-vindos!

Esta semana foi noticiada no Fantástico a morte do leão Cecil, de treze anos, por um caçador. Foi um assunto discutido nacional e internacionalmente. As pessoas se comovem com problemas de outros lugares, mas se esquecem dos problemas do nosso Estado e do País.

Quero alertar que bem próximo de nós, ali no Jardim Zoológico desta capital,

existe um leão preso com pena perpétua sem ter cometido crime algum. Tive o prazer de conhecer Itapetinga, mas o desprazer de conhecer o seu zoológico, porque lá há um outro leão vítima de maus-tratos. Este é um alerta, deputado David Rios! Muitas vezes as pessoas se comovem com um problema a quilômetros de distância da nossa cidade, e esquecem que nela o Zoológico está uma vergonha e que o leão de Itapetinga está sofrendo maus-tratos.

É por isso, deputada Fabíola Mansur, que precisamos extinguir os Zoológicos de Salvador e Itapetinga. Eles não são modelos. Defendo um modelo de zoológico para cuidar dos animais, ou seja, o animal ferido é capturado na natureza, tratado e depois devolvido a seu habitat. Não é aceitável, deputado Marquinho, o animal ficar preso por um crime que não cometeu e com pena perpétua.

Assim como os soteropolitanos e baianos se comoveram com o caso do leão Cecil, que se comovam também com a situação do Zoológico de Salvador, que é uma vergonha! Diga-se de passagem, deputado Adolfo Viana, que fica no quintal da casa do governador.

Convido os presentes para participarem amanhã da reunião da Comissão de Meio Ambiente, da qual sou presidente. Discutiremos assuntos importantes, inclusive o requerimento do nobre colega Fábio Souto solicitando que a Embasa envie as planilhas. Deputado, nesta quarta-feira vamos apresentar os seus questionamentos.

Saudações ecológicas para todos!

Vamos lutar contra os maus-tratos aos animais!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários e funcionárias da Casa, pessoal da imprensa, subo a esta tribuna para infelizmente reconhecer que me parece que esta Assembleia está perdendo uma das suas principais prerrogativas: fiscalizar as contas do governo.

Nas demonstrações financeiras da contabilidade do Estado, há uma figura que tem nos chamado atenção: a da DEA, Despesas de Exercícios Anteriores, a qual na verdade é uma anomalia em qualquer balanço financeiro. É um procedimento de exceção, não é uma regra. A regra é, exatamente, quando se tem na classificação apenas Restos a Pagar. E, para nossa surpresa, Sr. Presidente, essa anomalia da classificação Despesa de Exercícios Anteriores soma mais que o dobro, meu caro deputado Rosemberg, do valor de Restos a Pagar. Essa soma, hoje, liquidada, está no montante de 1 bilhão e 368 milhões de reais, e foram pagos 1 bilhão e 358 milhões de

reais de Despesas de Exercícios Anteriores.

É um procedimento tão anormal – tão excepcional que deveria ser – que, para se dar continuidade a esse processo, e se pagar, necessário se faz proceder um ato administrativo, abrir-se um processo administrativo para apurar porque a contabilidade apresentou um volume tão grande de Despesas de Exercícios Anteriores.

E cabe a pergunta: será que os responsáveis pela contabilidade do governo do Estado estão tendo o trabalho de proceder um ato administrativo capaz de levantar, de forma que convença a nós, que deveríamos fiscalizar as contas do governo do Estado, o que houve para gerar essa anomalia? Qual foi o problema nas contas, no Orçamento do exercício passado, porque são deficits do exercício passado? Por que se chegou a esse volume?

Portanto, quero, aqui, fazer um apelo aos membros da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle para que nos reunamos mais e nos aprofundemos na questão, meu caro presidente, Alex Lima. Precisamos sensibilizar os membros da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle para que possamos exercer a mais importante prerrogativa que o Parlamento estadual tem, que é fiscalizar as contas do governo, a fim de não incorrer na falha de não apurar o que de fato se passa na contabilidade do governo do Estado, a exemplo do que foi citado aqui pelo deputado Adolfo Viana, pelo que foi citado aqui...

Aliás, há o pedido de abertura de uma CPI, feito pelo deputado Luciano Simões, em vista de problemas nas obras da Educação com recursos do governo federal.

Portanto, é preciso que nós, sobretudo os da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, os primeiros responsáveis, interessemos-nos e nos responsabilizemos pelos fatos iniciais nesta Casa no que diz respeito à fiscalização da contabilidade pública do governo do Estado.

Esperamos que na terça-feira da próxima semana possamos, de fato, colocar a nossa comissão para funcionar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo à palavra ao deputado Alex Lima, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa, ocupantes da Galeria Paulo Jackson, vivemos um momento muito difícil em nosso País. Vivemos um momento, deputada Fabíola, em que a classe política passa, talvez, por sua maior crise em toda a história. Por onde andamos ouvimos a

população falar sobre seu desânimo e a falta de confiança e de credibilidade que nós, políticos, estamos vivendo nestes tempos.

E acho, Sr. Presidente, que boa parte disso foi criada por essa máxima e por esse modelo que, em minha opinião, faliram, quais sejam, de que, para ser governo, precisamos dizer amém a tudo e a todos e que, para ser oposição, precisamos nos posicionar contra tudo e contra todos.

Deputado Adolfo Viana, quero elogiar a atuação da Oposição aqui nesta Casa, pois ela tem cumprido o seu papel e tem elevado o debate das discussões em diversos momentos. Porém, ao mesmo tempo, chamo a atenção para algo que está acontecendo com toda classe política.

Não podemos, deputado Adolfo, continuar na mesma estratégia, até porque o povo já não se engana mais e não se ilude mais na mesma estratégia de fazer política de uma forma agressiva ou de uma forma gerando fatos que não condizem com a realidade.

E, aí, quero-me posicionar democraticamente neste espaço contra a criação desta CPI, deputado Adolfo.

Uma CPI, no passado, já foi responsável pelo impedimento de um presidente da República. E a CPI perdeu a sua importância neste País pelo jogo político que se faz nacionalmente tanto nos estados como nos municípios. As CPIs são instrumentos legítimos de investigação e de apuração dos fatos. No entanto, elas viraram instrumentos de se fazer política.

Por isso, eu acho, deputado Luciano, que, antes deste caminho de uma CPI, o deputado tem diversos instrumentos para fiscalizar as contas do governo. Por exemplo, a Oposição já pediu a relação dessas obras paralisadas? Por que os empreiteiros estão sem receber? Quais são os motivos que estão levando à falta de pagamento dessa ou daquela obra?

Deputado Adolfo, apesar de respeitar a posição da Bancada de Oposição nesta Casa, penso existirem outros instrumentos, deputado Pedro Tavares, antes de fazermos uma CPI. Sei que o sentido pode ser nobre, mas, me desculpem o termo, nós não podemos fazer desta uma Casa de espetáculos, deputado Pedro Tavares.

Precisamos identificar fatos concretos que levem esta Casa a ir por este caminho. Aí, eu não tenho nem dúvida de que nem o Governo nem a Oposição irão se furtar em assinar a formalização de uma CPI para comprovar esta ou aquela denúncia.

Deputado Luciano, em minha opinião, estamos vivendo um atraso de obras, não apenas do governo do Estado, mas em todas e quaisquer prefeituras. O que há? É uma crise econômica que tem prejudicado, deputado Pedro Tavares, todas as entidades políticas. V.Ex^a é um deputado que viaja por toda essa Bahia e tem visto prefeitos, que votam com V.Ex^a e que votam comigo, nas mesmas dificuldades.

Logo, muitas dessas obras estão paradas pela burocracia do governo e pelos problemas que impedem esta ou aquela obra de receber recursos. Enfim, essas obras estão paralisadas não por essa história de pedalada! Vejam, se essa coisa de pedalada virar moda, deputado Sandro Régis, vamos desmoralizar uma coisa tão importante que é o instrumento da investigação, de comprovação de denúncia, que é prerrogativa de todos os deputados.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, saúdo a iniciativa do deputado Luciano Simões. Acho que ele está cercado de boas intenções. No entanto, este não é o caminho. Acho que não devemos fazer desta forma sob pena de cairmos mais ainda na desgraça que está a classe política.

Acho que podemos, aqui, fazer e desempenhar o nosso papel, cumprir com as nossas prerrogativas, mas sem fazermos disso um espetáculo político de disputa e de embates entre Governo e Oposição.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários desta Casa, imprensa, a Oposição, aqui hoje, veio com o objetivo de dar apoio ao requerimento formulado pelo grande deputado Luciano Simões Filho para podermos exercer uma das prerrogativas do Legislativo. E qual é esta prerrogativa? Trata-se da prerrogativa de poder fiscalizar e, ao final, dar um parecer, porque é aqui que as contas e os atos do governo, melhor, do Executivo são votados e, por consequência, aprovados ou rejeitados.

Não se tem aqui e não se pretende aqui e não se trouxe aqui, em nenhum momento, a intenção de fazer desta, como V.Ex^a aqui nominou, uma Casa de espetáculos, deputado Alex Lima. Aqui, estamos postos para fazer com que esta Casa exerça, através deste instrumento legítimo, mais uma das suas prerrogativas que, há tempos, vive sufocada baseado naquilo que V.Ex^a disse aqui em cima, através dos acordos feitos de que, sequer, lida por inteiro o teor da CPI proposta. V.Ex^a diz que a Oposição quer fazer disso a Casa de espetáculos.

Nós estamos, aqui, representando o povo baiano. Somos oposição, porque temos a convicção e o ideal de defender o que acreditamos. E não estamos aqui para acusar ninguém. Não há acusação. Estamos diante de fatos concretos.

Observem, foi publicado no jornal A Tarde, do dia 2, um comunicado pelas empreiteiras dizendo que as obras já foram medidas e que o governo federal já repassou o dinheiro para o governo do Estado. Não foi a Oposição quem disse isso. Foram os empreiteiros que disseram que o dinheiro se encontra na conta do governo

do Estado. E eles dizem que as obras já foram feitas e a medição foi dado o O.K. Falta, apenas, executar o pagamento. E, por falta de tal pagamento, os empreiteiros paralisaram as obras.

Os empreiteiros falam, aqui, acerca da situação daqueles que conhecem gestão pública e sabem da gravidade. Estas obras paralisadas podem trazer um prejuízo maior do que o pretendo benefício que poderiam ter que é a sua deterioração.

Por isso, a Oposição assim fez com o Detran ao requisitar as informações. No entanto, quanto ao Detran, este órgão, até agora, não nos informou nada. Fomos pelo caminho do pedido da informação. Eles fingem não existir Parlamento. Por gestos e como sempre, são essas as atitudes de se acobertar os atos do governo.

Mas a Oposição, embora pequena em número de parlamentares mas grande em seus ideais e sobretudo em sua independência porque representa os legítimos direitos e as legítimas aspirações dos baianos, não irá se cansar.

Não responderão.

Talvez, alguns deputados, que assinaram a CPI, retirem as suas assinaturas e inviabilizem a criação da mesma. Mas nós não cansaremos. Nós não desistiremos. Nós cobraremos do Detran a resposta. Nós cobraremos do presidente desta Casa a instalação da CPI. E se, ao final, constatarmos que estes são fatos não são de improbidade e não são de má gestão, nós aplaudiremos o governo.

Agora, o que nós não podemos fazer é querer entender que um governo, às vésperas da eleição, assine obras, termine o seu governo e não cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal que é deixar em caixa aquilo que contratou e, ao mesmo tempo, diga que a Oposição quer fazer desta uma Casa de espetáculos!

A Oposição não vai fazer e não permitirá que esta seja a Casa de espetáculos!

Esta Casa vai ser e continuará sendo a Casa do respeito, a Casa do povo e a Casa da cidadania.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Designo os deputados Sandro Régis e Zé Neto para acompanharem a deputada federal da Alemanha, que está aqui, hoje, fazendo uma visita ao nosso Estado e ao nosso Parlamento. Vamos aguardar que ela adentre este Plenário para citar seu nome com a devida presença.

(Pausa.)

(A Sr^a Deputada tem acesso ao Plenário e cumprimenta os Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- É uma grande honra e uma grande alegria receber a deputada Margaret Horb.

Desejamos à deputada boas-vindas ao nosso Estado e à nossa Assembleia da

Bahia.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Acho que deveria ser cedida a palavra à deputada federal.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- A pedido da deputada Fabíola Mansur, a Sr^a Margaret Horb falará breves palavras.

(A Sr^a Margaret Horb inicia seu discurso, em inglês.)

O Sr. GERALDO SCHEIBLER:- A deputada vai repetir algumas coisas em alemão, aí consigo traduzir um pouco melhor, porque em inglês não tenho essa capacidade. Vou tentar traduzir do alemão para o português mais ou menos.

(A Sr^a Margaret Horb fala em alemão.)

O Sr. GERALDO SCHEIBLER:- A deputada é do Parlamento alemão e lá ela é da CDU, do Partido da Angela Merkel, e titular da Comissão de Finanças. Ela está aqui no Brasil porque teve o primeiro contato em Berlim sobre o intercâmbio de informações na área tributária, com a Fenafisco, e traz essa preocupação para aqui, que é a questão da simplificação tributária.

A deputada entende que o caminho para aliviar e facilitar o cumprimento das obrigações tributárias das empresas internacionais, especialmente as alemãs que estão aqui, passa pela simplificação tributária e ela quer estreitar as relações entre Brasil e Alemanha, entre as empresas que estão aqui, as empresas que investem lá nessa linha, buscando reforçar a possibilidade de um termo de comum acordo em tributação, para evitar a tributação e facilitar esse intercâmbio tributário.

Eu perdi alguma coisa, mas é por aí.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

Só para me dirigir à nobre deputada...

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Vamos dar prosseguimento à sessão, deputada Fabíola, acho que...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Ele pode até traduzir. É só para fazer uma pergunta à deputada: Como é a representação feminina naquela Casa? Quero também agradecer a presença dela aqui para falar de um assunto tão importante que é a simplificação dos tributos.

O Sr. GERALDO SCHEIBLER:- 25% dos parlamentares no Parlamento alemão são mulheres.

Eles estão preocupados na Alemanha e trazem a preocupação para aqui, no sentido de mudar um pouco a filosofia do sistema tributário e da administração

tributária, para deixar de trabalhar num sistema de confrontação e trabalhar mais numa filosofia de cooperação entre estado e contribuinte, mudar um pouco essa linha.

Margaret Horb Provenho do sindicalismo, fiz parte ainda do Sindicato dos Administradores Tributários da Alemanha. Venho desse meio sindical e por isso tenho grande preocupação em esclarecer a importância dos tributos, como aqui também vocês têm que esclarecer.

(A Sr^a Fabíola Mansur faz uma pergunta fora do microfone.)

A Sr^a MARGARET HORD:- Acho pouco ainda a participação da mulher no Parlamento, tem que ser maior.

A previsibilidade e a estabilidade das normas tributárias são importantes e tenho muita preocupação com isso.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- O.k. Muito obrigado pela sua visita. Eu espero que você aproveite o nosso Estado, a nossa Cidade.

A Sr^a MARGARET HORD: Obrigada.

(Tradução de Geraldo Scheibler.)

(Não foi revisto pela oradora nem pelo tradutor.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Dando prosseguimento à sessão, concedo a palavra ao nobre deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Amigos deputados e deputadas, Imprensa, Plenário, Sr. Presidente, as pessoas que estão nos assistindo através do Canal Assembleia, vim aqui nesta tarde a esta Tribuna para enfatizar a importância da atitude dos deputados que assinaram essa CPI, que aqui o deputado Luciano Simões Filho trouxe à tona. No recesso, ouvimos, e não sei se sorrateiramente de propósito, que o governo do Estado investiu, nesse primeiro semestre, 1 bilhão de reais e quase 200 milhões de reais no nosso Estado. Voltamos a nossa Bahia, líder Sandro Régis, e o que o que vemos aqui são obras paralisadas na área da saúde, da educação, que é o foco dessa CPI, como em todas as áreas.

Infelizmente o governador usa da pedalada que deu o governo que ele sucedeu, através das despesas e dos exercícios anteriores: mais de 800 milhões de reais quase 300 milhões de reais, inclusive de pessoal e de encargos. São dados oficiais que estão lá publicados para pessoal e encargos do ano passado, e eles colocam como fossem investimentos deste ano.

Ora, acho que o Sr. Manoel Vitória regoziza-se, e aí aprende muito com a presidenta Dilma através da mentira. É uma mentira deslavada o que o secretário da Fazenda e o governo do Estado vêm a nós baianos dizer: que está com as contas em dia e que está preparado e investindo no nosso Estado.

Esse final de semana estive a visitar mais uma obra, uma UPA, deputado

Rosemberg, lá no município de Barreiras, num bairro muito carente e que está paralisada. Lançada ao modo e à moda PT, lançada às vésperas da eleição, dizendo que estaria pronta com 9 meses. Mas estamos há 3 anos parados. Infelizmente, vemos este Estado, deputado José de Arimatéia, parado. E o mais importante de tudo, porque acho que está faltando hoje nos políticos, é o respeito: falta respeito com a população, falta respeito com a verdade. E vemos, infelizmente, o secretário da Fazenda e o governador do Estado com a postura, deputado Luciano Simões, de total falta de respeito com a inteligência do povo baiano.

As pedaladas do ano passado, que estão sendo pagas este ano, não são investimentos, Sr. Governador! Essas pedaladas são o pagamento da irresponsabilidade que o governo Jaques Wagner cometeu com os baianos para, assim como a presidenta Dilma sustentou lá em Brasília os desmandos e a falta de investimento no que importava realmente no nosso País, sustentar essa turma do PT, que graças a Deus o povo hoje enxerga que não tem projeto além do projeto de poder.

Gostaria aqui inclusive de aproveitar, deputado Zé Neto, a deputada federal da Alemanha que esteve aqui e perguntar a ela como é que se combate a corrupção lá na Alemanha, o pouco da corrupção que nós vemos. Gostaria de perguntar também que crise é essa que afetou o nosso País, porque a desculpa que vocês vêm aqui dizer é que a crise do País hoje é consequência da crise mundial. Não vejo os Estados Unidos, a maior potência mundial, em crise; não vejo a Alemanha, a maior potência da Europa, em crise; vejo crises pontuais. A nossa, infelizmente, foi criada pela corrupção, se instalou em nosso país pelo desmando e a falta de preparo das pessoas que têm a responsabilidade de fazer o nosso País andar.

E aqui no Estado, infelizmente o governador tem, na sua essência, seguindo os passos do governo federal: mentindo sobre o orçamento, mentindo sobre os gastos, escondendo o que não está fazendo, porque o que está fazendo não existe, e dizendo o que está fazendo o que não está fazendo. Até me senti agora a presidenta Dilma querendo falar sobre as metas, mas realmente é o que o governo está fazendo: fingindo que está fazendo e não está fazendo nada, está tentando enganar a população. E não podemos permitir aqui, deputado Adolfo Viana, que o PT ou qualquer membro do governo venha aqui faltar com a verdade e dizer que está investindo e que está trabalhando. Não está trabalhando, está pagando contas do exercício anterior e as obras estão paralisadas e o nosso Estado, na inércia. Temos que combater isso.

Gostaria de ouvir dos tribunos, dos nossos colegas deputados o que realmente o governo está fazendo. Apontem uma obra no interior da Bahia que está andando, por favor!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leir Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre deputado Rosenberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, primeiro quero agradecer a presença da deputada da Alemanha que veio nos visitar, dialogou muito com a deputada Fabíola sobre as cotas das mulheres na Alemanha.

Meu querido Luciano Simões e meu querido Adolfo Viana, às vezes fico me perguntando em que mundo vocês fazem essa avaliação. Vi aqui o deputado Pablo Barrozo falar das contas do governo. Primeiro quero dizer que estive aqui o secretário da fazenda e apresentou as contas, a redução do endividamento, o pagamento dos restos a pagar e daqui saiu aplaudido por todos, inclusive pela oposição, sem nenhum questionamento no dia que ele esteve aqui no Plenarinho.

Estou achando estranho essa apresentação aqui hoje porque não houve nenhum questionamento por parte de qualquer parlamentar do governo ou da Oposição no dia da apresentação por parte do nosso Secretário Manoel Vitorio. Muito pelo contrário, todos que se manifestaram, e as notas estão gravadas aí, parabenizando o secretário pela forma que tem conduzido a Secretaria da Fazenda. Ou seja, estou achando estranho.

Outra coisa, meu querido amigo e deputado Luciano Ribeiro, acho que parece que estamos em outro país ao olhar de vocês, porque não é a Bahia que está aqui seccionando o pagamento dos funcionários, foi o Rio Grande do Sul, que não é gerenciado pelo Partido dos Trabalhadores e nem da base aliada. Não é a Bahia que acabou com o fundo de previdência dos servidores para tentar pagar um custeio, foi o Paraná que gerou uma greve dos servidores sem nenhum tamanho. Foi em Minas Gerais que o atual senador e ex-governador Aécio Neves acabou com o fundo de previdência dos servidores.

Me parece e aqui estamos em dia. É lógico que passamos por muitas dificuldades, é lógico que temos problemas com algumas obras paralisadas, algumas delas por conta da burocracia, seja da empresa, seja do governo. A greve dos servidores terceirizados que aconteceu aqui, deputado Luciano Simões, que V.Ex^a apresentar aqui para analisar, não é que o governo estivesse com o salário atrasado, o governo tem culpa, sim, porque está contratando empresas sem capacidade de pagar os salários dos seus trabalhadores.

Nós aprovamos aqui a Lei Anticalote para evitar isso E eu vejo que, nesse ponto, o governo não tem contratualizado corretamente, porque um contrato de quatro milhões por mês e uma empresa com um capital social de 200 mil poder participar, aí, realmente, nesse ponto, o governo comete um equívoco.

Agora, não foi nenhuma dessas empresas que deixaram de receber os pagamentos. Não pagou, porque as empresas não tinham a capacidade de executar os pagamentos, mas o governo repassou para as empresas. Não há uma empresa com esses atrasos que extrapole o contrato de cada uma delas entre a empresa e o governo

do Estado. Por isso acho extemporânea essa CPI. Acho que temos que averiguar as contas do governo, sim, é o nosso papel e do Tribunal de Contas do Estado.

Agora, acho extemporânea essa CPI, não vejo necessidade, até porque as contas foram apresentadas aqui pelo secretário da fazenda e ele saiu daqui levando a impressão de que todos os deputados presentes sabem da sua correção, da sua forma transparente de gestão. E o governo do Estado apresentou o menor nível de endividamento de todos os Estados do Brasil, tendo capacidade de absorver condições de alavancar novas obras de investimento, coisa que não está acontecendo na maioria dos Estados.

Espero que o deputado Luciano Simões repense sobre essa ideia de instalar uma CPI, cuja justificativa, a meu ver, é extemporânea.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia por 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, *Canal Assembleia*, primeiro, venho á tribuna parabenizar o deputado Luciano Simões pela brilhante iniciativa de apresentar esse pedido de CPI, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo já está cansado de ver obras inacabadas. Essa é a realidade e isso tem de mudar. Por isso que na reforma política, que estão terminando de aprovar, os gestores, no seu planejamento de administração, tanto o poder municipal, como o estadual e federal, as obras, dentro do planejamento, tem de ser concluídas para evitar o que estamos vendo não só na Bahia, mas também em outros estados.

Por isso, meu amigo deputado, essa CPI não pode terminar em pizza, temos que ir até o final. É dever desta Casa, é dever dos Srs. Deputados que cumpram o seu papel com legitimidade de aprovar e saber com clareza o que está acontecendo com as obras inacabadas.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que ontem falei nesta tribuna com respeito à Delegacia do idoso. No dia 31 de julho comemoramos nove anos da criação da Delegacia de proteção ao Idoso. Há nove anos instalados e até agora não houve sequer um avanço no sentido de aumentar o número de delegacias de proteção aos idosos.

Para os senhores terem uma ideia, foram, no ano de 2014, 1.900 queixas registradas com respeito às questões de abandono, coação, maus-tratos e estelionatos contra os idosos.

Segundo as informações da única delegacia que trata dos idosos aqui em Salvador, a Suburbana foi o lugar onde obteve o maior número de denúncias e de queixas registradas. Há, também, registros de denúncias em bairros como Barra,

Graça, Canela, Pituba, Brotas e Liberdade. No total, já foram registradas, até o sétimo mês, 882 queixas neste ano de 2015. Observem que nós já estamos no oitavo mês.

Então, gostaria, mais uma vez, de pedir a sensibilidade do secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia no tocante a este assunto. Inclusive, mandamos, melhor, eu mandei um ofício para a Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos, à superintendente da DEAT, para que possa botar, dentro do cronograma das ações que estão sendo investidas pelo Pacto pela Vida e pelas ações da segurança pública de uma forma em geral, que a Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso precisa ser ampliada aqui na cidade de Salvador.

A cidade de Feira de Santana, por ser a primeira cidade do interior da Bahia, precisa de uma delegacia. Essas denúncias e essas queixas, Sr. Presidente, são referentes, somente, à cidade de Salvador. Imaginem o que acontece no Estado da Bahia? As delegacias não são especializadas em proteção aos idosos e agressão contra os idosos, mas elas, também, têm feito os seus registros e não têm avançado.

Por isso, peço, mais uma vez, à superintendente de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos que possa botar, dentro do Orçamento, neste ano ainda, mais delegacias em favor dos idosos para que possa sair do papel, a fim de que não venha esta a ser mais uma promessa do governo que, aí, está.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Então, era isso que gostaria de pedir, Sr. Presidente.

E, mais uma vez, parabenizo o deputado Luciano Simões pela iniciativa de criação desta CPI a fim de ser apurados, exatamente, os motivos dessas obras paralisadas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Parlamentares, é impressionante os discursos dos deputados do PT nesta Casa. Deputado Sandro Régis, para os deputados do PT, tudo é normal! Vejam, o mensalão foi normal, o petrolão é normal, as pedaladas fiscais são normais. Está tudo certo no País! Não tem nada errado!

E o que estamos observando é uma vergonha o que estamos passando. As pedaladas fiscais tornaram-se, cada vez mais, uma rotina no governo federal, deputado Fábio Souto, e passa a ser rotina, também, no governo da Bahia.

E, aqui, o deputado Luciano Simões Filho herdou a coragem, a inteligência e a

capacidade política do pai, o ex-deputado Luciano Simões, pois propõe, neste Parlamento, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar de um assunto da maior gravidade que já pude observar neste Parlamento.

Vejam, são 200 milhões de reais, deputado Zé Neto!

Este assunto é gravíssimo! Esses recursos eram para ser aplicados na educação de nosso Estado. E estão aí! São obras paralisadas em cada canto e recanto do Estado baiano. Chegou-se ao ponto de as empreiteiras emitirem uma nota pública nos principais jornais de veiculação do nosso Estado para esclarecer por que as obras estão, completamente, paralisadas por falta de pagamento por parte do governo do Estado.

E não é por falta de dinheiro. O dinheiro veio, mas cadê ele? Onde foram aplicados esses recursos, da ordem de 200 milhões de reais, oriundos do Fundeb, do governo federal?

São esses questionamentos que precisam, de forma urgente, serem esclarecidos pelos representantes do governo do Estado. E não há mecanismo melhor, mais democrático, que é de função deste Parlamento, do que uma CPI, CPI que foi apresentada nesta Casa hoje, com as assinaturas de deputados da Bancada da Oposição e, também, de deputados da Bancada do governo. Pois é prerrogativa, é função nossa, dos deputados que estão a representar aqui a vontade popular, investigar e fiscalizar as ações do Poder Executivo. Então, não vejo o porquê da não instalação dessa CPI.

Tenho certeza que o presidente Marcelo Nilo fará o encaminhamento para a abertura desta CPI, porque é função desta Casa. Com o número de assinaturas necessárias para sua criação, o pedido já foi apresentado à Secretaria-Geral da Mesa, e, agora, cabe o encaminhamento.

E estamos, aqui, a cobrar também, senhoras e senhores parlamentares – como o deputado Adolfo Viana trouxe este assunto novamente a este Parlamento –, as devidas explicações por parte do Dr. Maurício Bacelar, do Detran, que, não sei por quê, por qual motivo, ainda não encaminhou a esta Casa os contratos que estão sob suspeição. E não param de chegar à Oposição novas denúncias de contratos fraudulentos e desnecessários ao Estado baiano.

Queremos as explicações. É papel do Parlamento fiscalizar, e nós, da Oposição, não iremos nos descuidar, para continuar cobrando esses esclarecimentos por parte do governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.)

O Sr. Zé Neto:- Vamos permutar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a permuta, falará o deputado Zé Neto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, todos os presentes, quero apenas esclarecer que não vi ainda o conteúdo do pedido de CPI, mas ouvi os discursos feitos aqui pela Oposição. Esclareço que não vi de nenhum dos deputados, nem do próprio deputado Luciano, qualquer apontamento, ou qualquer fala, em relação a que, por parte do governo, houvesse alguma situação de corrupção, ou de ilegalidade brusca, ou de situações que indicassem má-fé ou desvio de função do Estado. Absolutamente! O que ouvi aqui, por todo o tempo, é que havia, por parte da Oposição, reclamações sobre obras que estariam paralisadas.

Nós, na verdade, temos que colocar que no começo do ano – o que, aliás, é, também, um discurso feito pela Oposição, por todo o tempo – fizemos uma reforma administrativa para reduzir custos, diminuir o tamanho do Estado, dar mais eficiência à máquina pública e trazer mais celeridade e objetividade, principalmente na construção da parte física das secretarias da Saúde, da Educação, enfim, das secretarias que eram atendidas pela Sucab, nas obras das diversas secretarias atendidas pela Sucab.

Extinguimos a Sucab, e da extinção da Sucab restaram 197 obras que foram repassadas para a Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Dessas 197 obras, evidentemente que há uma obrigação do Estado de fazer as revisões contratuais e de todas as medições para que essas obras sejam repassadas à Secretaria da Educação. E essa, sim, é uma situação que nós assumimos.

Não aconteceu com a celeridade esperada, até porque foram encontradas situações que precisam realmente ser resolvidas. Na parte administrativa, essa construção, infelizmente – não só na Bahia, mas em todos os estados do País, na própria administração pública do mundo em que há transparência e em que há controle do Erário – esse controle, às vezes, gera alguma situação que nos dá esse desconforto.

Quero lembrar que, dessas 197 obras, 82 já estão empenhadas para pagamento, só faltando a entrega de documentação por parte de algumas empresas que, inclusive, já estão fazendo essas entregas. Na semana passada, deputado Luciano, recebemos aqui algumas das empresas que disseram que já tinham estado com V.Ex^a. Recebi aqui esses empresários, conversei, e eles me pediram mais interlocução com o Estado, o que já vinha acontecendo.

De lá para cá a interlocução está ainda mais aberta, mais tranquila, diria assim. E dessas 197 obras, 82 já estão com empenhos. Dessas 197, 62 vieram da extinta Sucab, mas sem as medições atualizadas para pagamento, ou mesmo com alguma deficiência nessas medições. Foram revisadas todas essas medições e continuam com alguma situação a ser tratada. Mas estão dentro também do cronograma físico-

financeiro apresentado pelo governo, trabalhando com essas empresas para buscar resolver a situação dessas 62 obras que ainda estão na coordenação de rede física fazendo as atualizações e medições.

Mas 53 obras, dessas 197, estão ainda pendentes de documentação. As empresas estão buscando também as documentações dessas obras para que se possa proceder às devidas apurações administrativas, e finalmente executados os pagamentos.

Esse é o quadro que posso colocar para a Oposição, que está fazendo o trabalho dela. E nós vamos esclarecer à população que não existe nenhuma situação que diga respeito a licitações, a desvio financeiro ou a qualquer irregularidade grave. Ao contrário, o que há são situações administrativas que estão sendo enfrentadas pelo Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) pela Secretaria da Educação.

Encerrando, Sr. Presidente.

Evidentemente, há um desconforto, mas há muito trabalho para que se resolva o mais rapidamente possível essas pendências e possamos dar a essas empresas o que realmente elas precisam, que é a tranquilidade do recebimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra meu querido amigo deputado Fábio Souto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Meu querido presidente Marcelo Nilo, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputado Zé Neto, acho que o principal motivo da CPI proposta pelo deputado Luciano Simões é esclarecer.

V.Ex^a falou que o governo vai esclarecer. É isso que a Oposição quer, ou seja, que sejam dados esclarecimentos do porquê de os recursos do FNDE, que são próprios para o pagamento de construção de escolas, terem chegado ao Estado – o governo do Estado recebeu esse recurso federal – e, efetivamente, não terem sido pagas essas despesas.

É muito simples. A pedalada federal... O que aconteceu no governo federal? O governo federal não tinha os recursos, por exemplo, para pagar o Bolsa Família. O que aconteceu? O governo federal foi à Caixa Econômica contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos sabem que um banco estatal é proibido de emprestar dinheiro ao governo federal. E o que aconteceu foi um empréstimo subterrâneo para efetivamente quitar aquelas despesas que, naquele momento, o governo federal não tinha recursos para isso.

Parabenizo o deputado Luciano Simões por essa iniciativa importante, já que

uma das nossas atribuições é fiscalizar o governo do Estado. E não estamos fazendo nada além disso, fiscalizar e pedir esclarecimentos ao governo do Estado sobre essa questão grave que, efetivamente, foi colocada à tona.

Quero dizer desta tribuna também, Sr. Presidente, deputado Leur, que recebi o Diário Oficial de outubro/2008, cuja manchete, Líder Sandro Régis: “O presidente Lula vem a Ilhéus e anuncia o Porto Sul.” Passou 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, estamos em 2015, e até agora nada de Porto Sul. A ferrovia Oeste-Leste, deputado Adolfo, caminha a passos muito lentos. Mas imagine uma ferrovia sem o porto. É dinheiro público jogado fora.

Então chamamos a atenção do governo do Estado, porque torcemos por essas obras tão importantes para a Bahia. Esse porto é uma obra importante, já foi anunciado diversas vezes pelo governo federal e governo estadual, deputado Leur. E até agora nada de Porto Sul para a nossa querida região cacaueira e para a nossa querida Ilhéus.

Trago também a esta tribuna outra questão do sul da Bahia que diz respeito a toda a região cacaueira e aos produtores de cacau. Deputado Sandro Régis, V.Ex^a que é um conhecedor e produtor de cacau, conhece profundamente a lavoura cacaueira, é o representante legítimo de toda a região, sabe que com a crise da vassoura-de-bruxa a produção despencou. Evidentemente não havia a amêndoa de cacau para ser transformada em chocolate e o governo federal liberou o chamado draw-back para que as empresas importassem o cacau para o nosso Estado.

Essa realidade se modificou. Hoje nós temos o cacau e esse famigerado draw-back serve para quê? Sobretudo para baixar o preço do cacau, já que as indústrias não têm capacidade de armazenamento. Hoje temos uma produção que satisfaz à demanda da indústria brasileira e o draw-back, hoje, está servindo efetivamente para baixar o preço da amêndoa do cacau.

Eu agradeço a oportunidade e chamo a atenção de todos que temos que nos unir. Já falei com o deputado Rosemberg que é uma questão importante, suprapartidária, e o governo federal tem que rever essa situação. Tudo isso está prejudicando muito o produtor de cacau na nossa querida região.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre deputado presidente Leur Lomanto Júnior, quero primeiramente saudar a todos e a todas, colegas deputadas e deputados, imprensa, funcionários.

Ontem, no retorno do recesso, estivemos com o governador Rui Costa, o nosso

partido PSB, a senadora Lídice da Mata, os deputados Manassés e Bebeto Galvão e, infelizmente, não pude estar na sessão.

Antes de falar sobre o que me traz aqui, quero, efetivamente, concordar em parte com o discurso do nobre deputado que me antecedeu Fábio Souto a respeito da política facilitada da importação das amêndoas do cacau, deputado Zé Raimundo, e dizer que deve ser, sim, a luta pela região cacaueira uma luta suprapartidária.

Digo que no Senador federal, deputado Fábio Souto, a senadora Lídice da Mata já entrou com um pedido para revisão dessa política na medida em que agora gera o aumento da oferta da amêndoa com a consequente baixa no valor do nosso produto. Então essa política deve ser revista.

No que diz respeito à questão do Porto Sul, temos que dizer que a Comissão da Fiol, presidida pela deputada Ivana Bastos, da qual faço parte também, como o deputado Zé Raimundo e alguns deputados da Bancada da Oposição, está envidando esforços junto ao Ibama para tentarmos entender mais uma burocratização da licença ambiental.

Entendemos que o meio ambiente é o nosso patrimônio, mas temos também que entender o que está sucedendo para que não fiquem dizendo que as obras estão atrasadas em função da falta de iniciativa do governo estadual. Inclusive, mesmo nesse período de crise mundial, já houve uma promessa do governador Rui Costa de iniciar essas obras. Obviamente, temos que respeitar o meio ambiente. Iremos, na quinta-feira, para uma reunião com a presidente do Ibama, exatamente, para entendermos essa finalização como uma forma de pressão política.

Aproveito para saudar a minha querida Irecê e o seu padroeiro São Domingos mandando um grande abraço para aquele povo. E quero dizer que fiquei muito feliz quando no período de recesso, recesso esse que não tivemos porque trabalhamos mais do que se aqui estivéssemos, com o subdefensor Dr. Rafson que acolheu o nosso pleito de reabrir a Defensoria Pública no município de Irecê que vai atender a todo território. Isso é muito importante porque a Defensoria, deputado Pedro, é a garantia de assistência jurídica gratuita e isso leva à cidadania, porque onde vai a Defensoria, vai também a defesa de direitos.

Quero aproveitar, porque amanhã não sei se terei tempo de me pronunciar, para parabenizar o TJ pela campanha Justiça pela Paz em Casa.

Como presidente da Comissão dos Direitos da Mulher queremos fazer o enfrentamento da violência doméstica e para isso temos que fazer várias medidas, desde as educacionais como o lançamento de campanha nas escolas, mas também o julgamento dos processos que andam nas varas especializadas. Sabemos que temos aí mais de 20 mil processos e precisamos acelerar.

Quero parabenizar a Dr^a Márcia Lisboa, a Dr^a Márcia Teixeira e a Dr^a Nágila pela iniciativa. E compreendendo que ao zerar o julgamento desses processos diminuiremos a violência doméstica em nosso Estado.

Quero aproveitar também para colocar no Diário Oficial desta Casa, encaminhado pela Secretária de Política Para as Mulheres, Olívia Santana, a análise da nota de repúdio contra a violência contra as mulheres, já que comemoraremos no dia 7 de agosto, presidente, 9 anos da aprovação da Lei Maria da Penha.

Essa nota foi elaborada pelas gestoras do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e foi aprovada no dia 23 de julho de 2015, em Brasília, para combater a violência contra as mulheres e sensibilizar a sociedade quanto ao tema. Essa carta aberta de repúdio à violência vai ser anexada para publicação em sua íntegra no nosso Diário do Legislativo, já que em função do meu tempo exíguo não poderei lê-la. Vem assinada pela Sr^a Carla Ramos, das gestoras estaduais do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência de Gênero.

Muito obrigada, Sr. Presidente, e bom retorno a todos, esperando que tenhamos uma grande produtividade nesse segundo semestre na aprovação de projetos de interesse coletivo do povo da Bahia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, o deputado Luciano Simões Filho trouxe, hoje, para esta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito que traduz o sentimento e a realidade de diversos empresários baianos. No domingo passado, diversos jornais de circulação estadual trouxeram matéria paga na qual os empreiteiros diziam que, além das obras estarem paradas, não recebiam desde dezembro de 2014. Isso é muito grave, porque são convênios federais com o Ministério da Educação e com o FNDE que, pela lógica, mediu pagou. E, nessa mesma lógica, deputado Luciano Simões Filho, os empreiteiros dizem que todas as obras já foram medidas e já foram apresentadas ao governo do Estado.

E aí surge uma grande dúvida na cabeça dos baianos. Se essas obras já foram pagas, por que as empresas não foram pagas para dar continuidade a essas quase 200 obras na área da educação? O governo do Estado usa o mesmo método do governo federal, a famosa pedalada. Pega dinheiro de um lado para cobrir o outro, para tentar ajustar os seus problemas e ir pedalando as suas questões financeiras.

Deputado Luciano Simões Filho, V.Ex^a, que está no primeiro mandato, mas traz na bagagem genética a experiência do deputado Luciano Simões - traz para esta Casa um assunto muito importante, um assunto que, com certeza, os deputados que assinaram aquela CPI não irão retirar. Até porque essa peça não é acusatória, V.Ex^a traz para esta Casa uma peça que é investigativa onde a Assembleia quer saber o que aconteceu que, desde 2014, ninguém mais recebe um real. Ou é a pedalada, deputado Pablo, ou a educação não é prioridade no governo Rui Costa.

E trago também outro assunto que a Oposição já vem provocando há algum tempo. A Oposição entrou com um requerimento no Detran, para o Sr. Maurício Bacelar, diretor -geral, requerendo diversas informações. E o diretor-geral, deputado Adolfo Viana, trata esta Casa com desdém e falta de respeito. A população não aguenta mais sofrer com a questão das vistorias veiculares. A população não aguenta mais sofrer com a questão dos aumentos abusivos da taxa do Detran e a Oposição requereu essas questões ao diretor-geral do Detran. Sinto que ele se sente maior que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, sinto, deputado Fábio Souto, que o Sr. Maurício Bacelar está-se achando acima do bem e do mal, porque a partir do momento em que ele não respeita, não responde aos questionamentos dos deputados da Assembleia, ele se coloca acima da lei e acima da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Quero dizer, professor Zé Raimundo, que V.Ex^a mesmo sendo do governo, V.Ex^a sabe que esses aumentos abusivos do Detran não podem ficar da forma que estão, V.Ex^a sabe que houve um aumento de mais de 150%. O que esta Casa pede, deputado Zé Raimundo, são apenas o formato e os critérios que obtiveram esses aumentos. O Detran, na pessoa do seu diretor-geral, não respeita a Assembleia porque, deputado Adolfo Viana, sequer responde aos questionamentos que esta Casa enviou para aquele órgão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos. Ao mesmo tempo registro a presença e a visita dos estudantes do Colégio Estadual Alfredo Agostinho de Deus.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, corpo técnico administrativo, os que nos visitam nas Galerias, os que nos assistem nos gabinetes através da *TV Assembleia*, quero dizer que esse é um debate saudável. O parlamento é o espaço do contraditório, é o espaço da reflexão e também das proposições para melhorar a sociedade.

Quero, Sr. Presidente, entrar nesse debate inicialmente sobre o problema das obras inacabadas que estão sendo aqui consideradas assim. Ora, o governador Rui Costa de forma criteriosa e responsável tomou uma decisão muito correta, que é exatamente de tocar as obras que o governador Jaques Wagner iniciou, obras em parceria com o governo federal como uma ação prioritária do seu governo. Mas, sabemos também que a natureza do Estado brasileiro, a burocracia, as idas e vindas para Brasília, os inúmeros órgãos, tudo isso, de certa maneira, torna morosa a gestão do Estado.

Nesse contexto, a manifestação dos empresários é algo até saudável, porque outrora na Bahia nenhum empresário se manifestava, eles tinham medo do

governador de plantão, e não se manifestavam porque na Bahia foram anuladas as representações sociais. Aliás, quem lê um pequeno livro, denso, e muito consistente teoricamente chamado O Elo Perdido, de Chico de Oliveira, vai entender os motivos por que na Bahia durante muitos anos havia apenas uma voz.

A sociedade civil não se manifestava com medo porque foi governada a partir de um único centro, a partir de uma única visão e todos os segmentos sociais eram perseguidos, eram banidos da vida cotidiana, e aqueles que se ousassem manifestar eram perseguidos politicamente. É muito saudável, mostra que a democracia está em pleno vigor na Bahia. E quanto ao mérito desse debate, o governador, os secretários estão-se manifestando, estão esclarecendo que realmente algumas obras atrasaram. Aí entra também nesse momento o desafio da conjuntura de crise que claramente vem-se ampliando na América Latina, crise mundial sim. O nobre deputado que me antecedeu disse que não havia crise, há sim crise nos Estados Unidos, na Alemanha, na Europa, nobre deputado Fábio. Agora, a forma como a crise se abate em um país maduro é diferente da de um país periférico. Estamos vendo aqui, apesar do esforço do governo Lula e do governo Dilma, que essa crise acabou atingindo fortemente todos os estados, não é só o governo da Bahia, não é só no Estado da Bahia que essa crise está se manifestando. Aliás, ontem vimos uma reportagem sobre o Rio Grande do Sul. A situação é gravíssima no Rio Grande do Sul. Por isso, este debate é salutar.

A outra questão do nobre deputado, Líder respeitado e querido, Sandro Régis, é que o diretor-geral do Detran esteve em nossa Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, prestou todos os esclarecimentos sobre os reajustes do Detran, inclusive com relação à taxa de vistoria, que o Detran aumentou, e nas demais taxas que são controladas pelo governo, porque muitas ações do Detran, hoje, são terceirizadas.

Não há o que temer. Esse debate é sadio, mas fica aqui, realmente, esta reflexão: é a natureza do Estado brasileiro. Infelizmente, as forças democráticas não conseguiram fazer transformações profundas nas instituições políticas. A transição nós fizemos, saindo da ditadura através de um Colégio Eleitoral, depois, uma Constituinte, em seguida com a crise do governo Collor e a assunção do PSDB. Contudo não foi feita a revolução, a transformação democrática efetiva.

As instituições precisam ser transformadas pela raiz, e nessa tarefa também nós, do Partido dos Trabalhadores, não avançamos, em função da natureza política, a tal governabilidade, e a presença de forças conservadoras em todos os governos progressistas. Esse é o desafio para o futuro que fica numa agenda transformadora da sociedade brasileira.

São essas as nossas considerações, Sr. Presidente Leur Lomanto, que preside essa sessão. Agradeço a tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu vejo que a sessão se esvaiu, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, mas, antes de V.Ex^a deferir ou indeferir o meu pedido, gostaria de ler aqui uma matéria do Bahia Notícias. Hoje, a Oposição subiu à tribuna e fez diversas denúncias com relação à CPI do deputado Luciano Simões Filho e à falta de informação do Detran, que não encaminhou o pedido dos parlamentares desta Assembleia sobre os contratos do Detran.

E, aí ao abrir o site Bahia Notícias, acabei de ver a manchete e a foto do Líder do governo, Zé Neto: “Não há corrupção ou irregularidade brusca para pedir CPI, diz Zé Neto”. Quer dizer, pode haver irregularidade, só não pode ser brusca, porque é o que a matéria diz: “Não há corrupção ou irregularidade brusca...” São aspas do deputado Zé Neto. Então, quando a Oposição vem aqui e pede para ter o direito de fiscalizar o governo, se opõem, e aí o Líder do governo diz não há corrupção ou irregularidade brusca, quer dizer, há corrupção e há irregularidade, só não é brusca. É inaceitável. A Oposição não vai descansar, vai continuar insistindo. Queremos investigar as denúncias do deputado Luciano Filho, e queremos ter acesso aos contratos do Detran.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Aceito a questão de ordem de V.Ex^a.

Há apenas 8 parlamentares. A pedido do deputado Adolfo Menezes, vamos citar os nomes dos presentes: deputado Adolfo Menezes, deputado Fábio Souto, deputado Adolfo Viana, deputado Luciano Simões Filho, deputado Pablo Barrozo, deputado Sandro Régis e deputado Zé Raimundo.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*